



Índice

- 01** Acidente mata motorista e deixa 22 índios feridos no RS
- 02** Estudantes indígenas começam ano letivo em 11 novas escolas
- 03** Dilma anuncia menor taxa de juros do cartão BNDES
- 04** Índios reivindicam de terreno para construção de polo de saúde
- 05** Saúde-Índios: Organizações criticam ausência de médicos no Alto Rio Negro
- 06** Visita aos waimiri-atroari ainda é incerta
- 07** Idoso de 83 anos é suspeito de estuprar adolescente indígena
- 08** Mutirão Rural da Cidadania vai atender mais de 120 municípios em 2013
- 09** Quilombolas desenvolvem programa PAA
- 10** Indígena é preso por agredir a mulher
- 11** Exames confirmam ferrugem asiática em reserva indígena de Mato Grosso
- 12** Jovem é morto com facada no peito em aldeia em Tacuru, MS
- 13** Após quatro dias de espera índios da etnia Cinta Larga são resgatados de Aldeia ilhada em Aripuanã
- 14** Brasil obrigado a fornecer remédios aos índios
- 15** Projeto de Lei tenta tornar Aldeia Maracanã patrimônio do Rio
- 16** Princípio de incêndio atinge antigo Museu do Índio



Acidente mata motorista e deixa 22 índios feridos no RS

SÍTIO R7, 12.02.2013

Ônibus que levava 40 índios para trabalho de colheita em Vacaria bateu em um carro

O motorista de um carro morreu e 22 índios que estavam a bordo de um ônibus ficaram feridos depois de uma batida entre os dois veículos na rodovia ERS-126, entre as cidades de Sananduva e Ibiaçá, no norte do Rio Grande do Sul, na madrugada desta terça-feira (12).

O coletivo levava 40 índios do oeste do Estado para trabalho temporário na colheita de frutas em Vacaria, no noroeste. Os feridos foram atendidos em um hospital de Sananduva e liberados. A vítima foi identificada como Jair José Vicenzi, de 34 anos.

Somados os acidentes acontecidos em rodovias federais e estaduais e vias urbanas, os desastres de trânsito mataram 28 pessoas durante o feriadão de Carnaval no Rio Grande do Sul.



Estudantes indígenas começam ano letivo em 11 novas escolas

SÍTIO AEN, 12.02.2013

Alunos das comunidades indígenas vão começar o ano letivo em escolas novas. O Governo do Paraná concluiu 11 novas unidades, em 2012 e no começo deste ano, e duas estão licitadas, com previsão de entrega até dezembro. A construção das 13 unidades totaliza investimento de 18 milhões e 900 mil reais.

O vice-governador e secretário estadual da Educação, Flávio Arns, afirmou que um grande trabalho está sendo feito para garantir a qualidade do ensino e a alfabetização das crianças e de adultos indígenas que, com a escola, têm a perspectiva de um futuro com mais oportunidades.

As novas escolas têm salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, salas administrativas para professores e pedagogos, banheiros adaptados para deficientes físicos, cozinha, depósito de merenda e pátio coberto. Além disso, estão adaptadas para atender também alunos com múltiplas deficiências e equipadas para a prevenção de incêndio.

Em Tamarana, município perto de Londrina, a comunidade caingangue vai receber a nova unidade do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. A escola está recebendo os últimos reparos para atender os alunos, na quinta-feira, início do ano letivo.

O colégio terá professores indígenas e não indígenas e a diretora será uma pedagoga indígena. De acordo com a chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina, Lúcia Aparecida Cortez, essa interação é importante para preservar as características e a cultura indígena entre a escola e comunidade.

Em São Jerônimo da Serra, na região Norte do Estado, a nova unidade da Escola Estadual Indígena Cacique Koféj passa pelas últimas adequações para a volta às aulas. A escola recebeu novo mobiliário escolar com carteiras e cadeiras para os alunos. A escola vai oferecer ensino fundamental e médio para mais de 300 alunos das etnias caingangues, xepá e guarani. De acordo com a diretora Aline Gonçalves Proença Gomes, há muito tempo era aguardada uma escola nova para atender a demanda de matrículas da comunidade.

Em Manguaçu, no Sudoeste, a nova Escola Estadual Indígena Kokoj Ty Ja está pronta para atender 250 alunos. No município de São Miguel do Iguaçu, no Oeste, desde maio do ano passado, mais de 300 alunos estudam na unidade nova do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo. A Secretaria de Estado da Educação licitou a construção de duas novas escolas indígenas: na Ilha da Cotonga, Litoral, a Escola Estadual Indígena Pindoty; e na região Centro-Sul, a nova escola Arandu Miri. (Repórter: Jurandir Ambonatti)



Dilma anuncia menor taxa de juros do cartão BNDES

SÍTIO CORREIODOBASIL, 12.02.2013

O cartão BNDES para Micro, Pequenas e Médias Empresas teve sua taxa de juros reduzida neste mês de 0,91% para 0,86%, “a menor taxa para essa linha desde seu lançamento em 2003”, segundo a presidenta Dilma Rousseff, na coluna Conversa com a Presidenta, reproduzida aqui no Correio do Brasil sempre às terças-feiras, na página 9 da Edição Digital.

O Cartão BNDES é uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, sem anuidade, destinada a Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O interessado deve estar em dia com os tributos e as obrigações federais, como determina a lei. O financiamento pode ser pago em até 48 prestações mensais fixas.

Em sua coluna, a presidenta também falou sobre a implantação de 1,5 mil cisternas pela Programa Água para Todos em toda a zona rural de Bom Jesus da Lapa (BA), onde fica o quilombo Rio das Rãs. Segundo Dilma, em 2012, já foram instaladas cinco mil cisternas no Médio São Francisco, em Ibotirama, Boquira, Caetité, Macaúbas e Riacho de Santana.

Ela ainda detalhou as ações do Programa Brasil Quilombola, que atende 206 comunidades. “O Programa Brasil Quilombola tem contribuído para melhorar a qualidade de vida de muita gente: 206 comunidades receberam a titularidade da terra, beneficiando 12.804 famílias; com o Programa Luz para Todos, a eletricidade já chegou a mais de 25 mil domicílios. Atualmente, 2.008 equipes de Saúde da Família e 1.536 equipes de Saúde Bucal estão atuando em 1.117 municípios, para atender assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas. E 1.945 escolas quilombolas em todo o país são beneficiadas pelo adicional no valor da merenda escolar”, explicou.

Para Amilton Moura da Silva, armazenista em Feira de Santana (BA), a presidenta respondeu sobre a bolsa de R\$400 para estudantes cotistas. Segundo Dilma, a intenção é beneficiar todos os estudantes de baixa renda que ingressaram em instituições públicas de ensino superior por meio do Sistema Seleção Unificada (Sisu), com carga horária diária igual ou superior a cinco horas e renda familiar por pessoa inferior a um salário mínimo e meio (até R\$1.017).

“A bolsa, de R\$400, começará a ser paga ainda neste semestre pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de um cartão magnético, assim que o Congresso Nacional aprovar o Orçamento da União e a Medida Provisória que a criou. Para isso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi suplementado em R\$603 milhões.

A única contrapartida exigida do bolsista será um bom desempenho escolar. Queremos assegurar a esses estudantes, que ingressaram no ensino superior com muito esforço, as condições também para concluir os seus estudos”, concluiu a presidenta em sua coluna semanal, quando responde a perguntas de cidadãos brasileiros.

Índios reivindicam de terreno para construção de polo de saúde

SÍTIO CIRCUITOMT, 11.02.2013



O prefeito de Alta Floresta doutor Asiel Bezerra (PMDB) recebeu em seu gabinete para uma reunião um grupo de índios da etnia Kayabi acompanhados do Coordenador do Distrito de Saúde Especial Indígena de Colíder, Laurentino Dias de Moura. Eles reivindicam a doação de um terreno para construção de polo de saúde indígena no município.

De acordo com o coordenador do Distrito Saúde Especial Indígena de Colíder, Laurentino Dias de Moura a reivindicação é apoio do poder público na doação de um terreno para a construção da Casa do Índio em Alta Floresta. "Por parte da prefeitura nossa reivindicação é a doação de um terreno, já que o Governo Federal, já tem um projeto para construção avaliado em quase R\$ 2 milhões", explicou.

Laurentino completou que essa é uma cobrança antiga da comunidade, e que a implantação desse polo no município vai auxiliar nos tratamentos de saúde da comunidade indígena. Atualmente existe um pólo na cidade de Colíder, responsável pela demanda dos índios da região.

A prefeitura de Alta Floresta fará a doação de um terreno para a construção desse polo de saúde indígena, e todo o projeto orçado em mais de 2 milhões será realizado pelo Governo Federal. "Vamos encaminhar um projeto para a Câmara de Vereadores, autorizando a doação desse terreno, e assim será possível a construção do polo de Saúde em Alta Floresta", explicou o prefeito.



Saúde-Índios: Organizações criticam ausência de médicos no Alto Rio Negro

SÍTIO JORNALACIDADE, 11.02.2013

SÃO PAULO, SP, 11 de fevereiro (Folhapress) - "A gripe, a diarreia, a falta de medicamentos e de atendimento médico, a [constante alegação] de falta de combustível e a discriminação étnica venceram mais uma vez". Assim a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro se referiu à morte de duas crianças da etnia Hupda, aldeia Taracua-Igarapé, em São Gabriel da Cachoeira. As informações são da Agência Brasil.

Confirmadas pela Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), as mortes ocorreram em janeiro mês, quando um surto de virose deixou doentes 13 moradores da comunidade. As autoridades de saúde ainda estão apurando o que provocou a diarreia e o vômito.

Para a federação, as vítimas não resistiram às "doenças de branco" e à falta de atenção.

"Faltam profissionais de saúde para cuidar dessas pessoas. Os profissionais passam por lá de tempos em tempos, mas não se estabelecem", afirmou Nildo José Miguel, índio tukano e um dos diretores da federação. Segundo ele, os hupdas não são as únicas vítimas das doenças nem o problema é recente.

"A desnutrição, por exemplo, é um problema de toda a região e ninguém tem conseguido amenizá-lo. O que agora está sendo noticiado é um problema histórico e não apenas dessa etnia [Hupda]. São vários óbitos ao longo dos últimos anos, mas faltam notificações. O órgão responsável não consegue acompanhar a situação", acrescentou.

Miguel lembrou que a maior parte das comunidades não dispõe de água tratada ou saneamento básico. Para ele, as autoridades públicas das três esferas de poder (federal, estadual e municipal) deveriam montar uma operação especial durante a qual uma equipe de saúde deveria permanecer nas aldeias afetadas, dando assistência médica aos doentes.

De acordo com a Sesai, ainda neste mês começa a ser feito um diagnóstico sanitário e ambiental para detectar a existência de possíveis contaminantes da água usada pela Aldeia Igarapé, junto com a busca de opções de abastecimento para a comunidade.

O bispo católico da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, dom Edson Damian, que há 14 anos vive na Amazônia, disse que a real situação das comunidades indígenas da região é ignorada. "Não conhecemos a real dimensão dos problemas. Visito frequentemente as comunidades do Alto Rio Negro e a cada nova visita encontro sepulturas recentes [nas quais] os índios me dizem terem enterrado crianças."

Segundo dom Edson, até o início de 1990 os missionários salesianos eram os principais responsáveis por zelar pela saúde e educação dos índios amazônidas. Ele lembrou que até aquela época o Estado estava ausente da região.

CONT.



"A partir daí, o Estado foi recebendo, praticamente herdando, toda a infraestrutura já construída pela Diocese. Mesmo assim, até hoje, o atendimento aos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em aldeias espalhadas ao longo do Rio Negro, ainda é muito precário", disse.

O bispo reconheceu que as longas distâncias e a dificuldade de acesso, principalmente quando o nível dos rios baixa, é um complicador para o trabalho dos agentes de saúde. Especificamente sobre a situação dos hupdas, o bispo explica que há fatores culturais que contribuem para fazer com que a etnia seja vista, mesmo entre outros povos, como "os mais pobres entre os pobres".

"A mitologia ancestral, partilhada entre várias etnias, narra que uma grande cobra percorreu o Rio Negro e dela foram saindo os ancestrais dos diversos povos. Os últimos a sair foram os hupda. Daí serem considerados inferiores. Como eles próprios acabaram por aceitar esse mito, durante muito tempo foram escravizados por outros povos", conta o bispo.

Segundo ele, essa é uma das razões de eles viverem até hoje em extrema pobreza, carentes de tudo, sendo sempre os últimos a receber os recursos.

"Há casos, inclusive, em que enfermeiros e técnicos de outras etnias, por uma questão cultural, acabam deixando os hupdas em segundo plano. Subnutridos devido à alimentação precária e vivendo em condições de higiene muito ruins, as doenças se propagam com muita facilidade entre os hupdas", diz o bispo.

Visita aos waimiri-atroari ainda é incerta

SÍTIO ACRÍTICA, 11.02.2013

Comissão Nacional da Verdade, que investiga violações contra direitos humanos durante a ditadura, planeja vir ao Amazonas.

Foto: Euzivaldo Queiroz



Em 2003, os waimiri-atroari festejaram o nascimento do milésimo bebê, Iawyraky

Há três meses, a Comissão Nacional da Verdade criou uma comissão específica para investigar violações contra os índios do povo suruí, cuja terra está localizada no Pará, durante a ditadura militar. A psicanalista Maria Rita Kehl, que integra a CNV, já iniciou os diálogos com os jovens que vão ajudá-la nessa investigação, colhendo depoimentos dos indígenas suruí mais velhos.

No Amazonas, a expectativa é que uma comissão nesses moldes também seja desenvolvida junto aos índios waimiri-atroari, povo que, segundo relatos do indigenista Egydio Schwade, do antropólogo Stephen Baines, da jornalista Verenilde Pereira, e de tantos outros que trabalharam com este povo, também foram vítimas da ditadura. Há uma estimativa que duas mil pessoas da etnia tenham morrido durante o processo de ocupação de suas terras para construção da rodovia 174 e construção de empreendimentos para exploração e escoamento de minério dentro de suas terras.

Não faço parte do comitê no Amazonas da CNV, mas tenho acompanhado os debates, as deliberações dos seus integrantes, bem como as notícias referentes a estes debates. Uma dessas notícias era (ou é, depende ainda de decisões a serem tomadas) que Maria Rita Kehl viria a Manaus neste mês de fevereiro. O roteiro incluía reuniões em Manaus, em Presidente Figueiredo e, claro, em uma das aldeias do povo waimiri-atroari. A data prevista da visita estava marcada para os próximos dias 22 e 23.

CONT.



Soube na semana passada que esse cronograma não está confirmado. O plano esbarra na dificuldade de se organizar até o dia 22 os representantes das 30 aldeias waimiri-atroari, segundo explicações do coordenador do Projeto Waimiri-Atroari (PWA), Porfírio Carvalho, dadas à CNV.

Sendo assim, há agora um impasse se essa reunião e a visita de Maria Rita deste mês vão ou não vão acontecer. A outra alternativa é aguardar final de março, que é quando poderá ocorrer uma grande reunião de todas as aldeias waimiri-atroari.

Dois parênteses. Para quem não sabe, o PWA é quem coordena as ações junto aos waimiri-atroari – e não a Fundação Nacional do Índio (Funai) – desde os anos 80. O PWA é um programa da Eletronorte criado para compensar os imensos impactos sociais e ambientais causados na terra dos waimiri-atroari pela Hidrelétrica de Balbina.

Desde então, qualquer contato com os waimiri-atroari é feito por meio do PWA. Eu mesma não sei como é essa relação. Nunca entendi. Das vezes que tentei (sem sucesso) ir na aldeia dos waimiri-atroari os contatos sempre foram PWA e não Funai. O acordo de criação PWA foi firmado para durar 25 anos, prazo que se encerra, aliás, neste ano de 2013. A Eletronorte ainda não informou se vai renovar.

Esperemos que as notícias sobre os crimes da ditadura junto aos waimiri-atroari não fiquem apenas nos relatos descritos nos texto de Egydio Schwade e outros indigenistas que conheceram aquela realidade.

Corre uma versão que os waimiri-atroari não estão muito empolgados em falar sobre este período. Que, segundo consta, eles não estão animados para desenterrar esse assunto. Pode ser. E pode não ser. Para tirar qualquer dúvida, o ideal seria perguntar dos próprios. Para que tudo se esclareça, que não permaneça oculto ou abafado. Se eles não querem falar, é melhor saber diretamente deles. E não apenas de uma aldeia ou de um grupo. Mas de todos.

Enviei um email para o Porfírio Carvalho para que ele responda sobre a dificuldade de reunir representantes das aldeias para o dia 22 e a reunião do final de março. Assim que ele responder, acrescentarei neste texto.

Idoso de 83 anos é suspeito de estuprar adolescente indígena

SÍTIO ACRÍTICA, 11.02.2013

A adolescente confirmou aos policiais que foi violentada sexualmente pelo idoso e que morava na casa do espanhol há mais de uma semana. Na delegacia a mesma negou o fato.

Foto: Winnetou Almeida



Na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), a adolescente negou o ato e deve realizar exames que comprovem o estupro

Um aposentado de 83 anos, que não teve o nome revelado pela polícia, foi detido na noite desse domingo (10), por volta das 21h45, por suspeita de estupro contra uma adolescente indígena de 14 anos, na rua Belém, bairro Nossa Senhora de Fátima 2, na Zona Norte de Manaus.

De acordo com policiais militares da 13ª Companhia Interativa de Comunitária (Cicom), que atenderam a ocorrência, a proprietária de uma lanchonete que fica próximo à casa do suspeito, denunciou o aposentado após o mesmo ter ido até o estabelecimento comercial e apresentado a jovem como sua esposa. Ainda segundo a proprietária, todos os clientes que estavam no lanche ficaram surpresos com a afirmação, por se tratar de uma relação entre um idoso e uma adolescente.

Os policiais fizeram a abordagem ao aposentado, de nacionalidade espanhola, que negou o fato e disse que costuma ajudar quem precisa de moradia e a indígena o teria procurado para passar alguns dias em sua casa. A polícia não soube informar a qual etnia a adolescente pertence.

CONT.



A adolescente confirmou aos policiais que foi violentada sexualmente pelo idoso e que morava na casa do espanhol há mais de uma semana. Depois desmentiu o que tinha dito na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), para onde foram encaminhados. Exames de conjunção carnal foram solicitados para se comprovar a autoria do estupro contra a jovem.

De acordo com a assessoria de imprensa da Polícia Civil, até o fechamento do resumo de ocorrência da noite de madrugada, nem o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) e nem a DEPCA registraram a ocorrência.



Mutirão Rural da Cidadania vai atender mais de 120 municípios em 2013

SÍTIO CIRCUITOMT, 11.02.2013

A partir de março o Mutirão Rural da Cidadania está de volta, disponibilizando diversos serviços a comunidades rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas de Mato Grosso.

Este ano, o projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas-MT), em parceria com o Serviço de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT), pretende visitar mais de 120 localidades do Estado.

No início do mês, a caravana da cidadania atenderá a 16 municípios da região Sul de Mato Grosso. Durante a realização do evento, muitos serviços serão oferecidos à população, entre eles a emissão de documentos pessoais – como Registro Civil, identidade, CPF e Carteira de Trabalho – registro de Boletim de Ocorrência, palestras de diversas temáticas, realização de exames médicos, como a aferição de pressão e teste de glicemia, atividades de esporte e lazer, entre outros.

Em 2012, a parceria entre Governo do Estado e outras entidades garantiu o atendimento de 38.201 pessoas. Ao todo, foram registrados 408.538 atendimentos em 99 cidades mato-grossenses. Além do Senar-MT, outros parceiros também apoiam o projeto. São eles as secretarias de Estado de Segurança Pública (Sesp), Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Saúde (SES), Meio Ambiente (Sema), MT Saúde, Sine-MT, Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT), Defensoria Pública de Mato Grosso, Rede Cidadã e prefeituras municipais.

A secretária da Setas-MT, Roseli Barbosa, ressalta a importância do projeto para a garantia de direitos dos cidadãos. “Todos os serviços do Mutirão Rural da Cidadania são oferecidos gratuitamente. É uma forma que encontramos de beneficiar a população mais carente do Estado. Por isso, convido todos os mato-grossenses a prestigiarem a caravana do mutirão em seu município”, disse.



Boletim de Notícias - Edição nº 027 / 2013

Brasília, 13 de fevereiro de 2013.

Quilombolas desenvolvem programa PAA

SÍTIO ACRÍTICA, 10.02.2013

Duas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul (Chácara Buriti e Furnas do Dionísio), já estão incluídas no segundo projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2013. Estão sendo beneficiados pelo programa aproximadamente 136 produtores rurais quilombolas destas comunidades.

Eles devem iniciar a comercialização de seus produtos ainda neste mês. O PAA no Estado é operacionalizado pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e conta com a parceria do governo do Estado.



Indígena é preso por agredir a mulher

SÍTIO MIDIAMAX, 10.02.2013

Um indígena foi preso na manhã de ontem (8) na aldeia Passo Piraju, no Porto Cambira em Dourados, acusado de violência doméstica.

Visivelmente embriagado, Edmilson Gonçalves, 29, teria agredido a esposa de 36 anos com socos e um golpe de faca que atingiu o pé da vítima. Segundo as informações policiais, após o ato, a mulher foi encaminhada ao Hospital da Vida.

O acusado acabou detido por lideranças indígenas que acionaram a Força Nacional que o levou até a delegacia. Em depoimento, Edmilson afirmou que a esposa havia tentado agredi-lo primeiro, com uma garrafa. Ele continua detido em uma das celas do 1º DP em Dourados.



Exames confirmam ferrugem asiática em reserva indígena de Mato Grosso

SÍTIO CENARIOMT, 10.02.2013

Doença foi constatada em laboratório pelo Ministério da Agricultura. Lavoura está na área Marãiwatsédé, ocupada por não-índios até 2012.

Exames laboratoriais realizados em amostras colhidas nas lavouras localizadas dentro da terra indígena de Marãiwatsédé, região nordeste de Mato Grosso, identificaram a presença de ferrugem asiática, doença que ataca plantações de soja. A informação é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que entregou laudo técnico à Fundação Nacional do Índio (Funai) alertando sobre o risco sanitário representado pelo desenvolvimento da doença e propagação para além do Estado, podendo até atingir áreas próximas de Goiás e Tocantins.

Desde 1992, os mais de 165 mil hectares da então gleba Suía Missú, perto do município de Alto Boa Vista, a 1.064 km de Cuiabá, foram ocupados em grande parte por produtores rurais (a maioria pecuaristas) e famílias que se mudaram para o vilarejo que se formou, denominado Estrela do Araguaia (Posto da Mata), a despeito da decisão do governo federal de demarcar a terra como reserva xavante Marãiwatsédé.

Após longo processo judicial no qual os ocupantes não-índios perderam o direito sobre as terras, força-tarefa conjunta coordenada por oficiais de Justiça e forças policiais cumpriram em dezembro do ano passado decisão de "desintrusão", operação que resultou no abandono forçado de duas áreas de lavoura de soja.

A região Nordeste de Mato Grosso, onde situa-se a terra indígena, detém 15,3% da área agricultável com soja no estado, além de outros 15% de produção.

Devido ao risco de mais prejuízos e também de propagação de pragas e doenças como a ferrugem para além das divisas do Estado (a reserva fica próxima aos estados de Goiás e Tocantins), um dos produtores tentou, mas sem sucesso, obter na Justiça autorização para permanecer nas terras apenas para promover o devido controle sanitário e realizar a última colheita. A Funai chegou conceder-lhe quatro dias para o trabalho, mas o prazo necessário para colher em todos os mais de 450 hectares desta propriedade em particular teria de se estender até meados de março.

Diante da situação e da alegada inflexibilidade da Funai, a Aprosoja solicitou ao Mapa que realizasse vistoria na área para convencer o governo federal a tomar providências preventivas. Coordenador da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal do Mapa, Wanderlei Dias Guerra percorreu e sobrevoou as fazendas e detectou duas lavouras de soja de área total de aproximadamente mil hectares que tiveram de ser deixadas por seus produtores dentro da reserva xavante, sendo uma já em condições de colheita.

CONT.



Risco sanitário

À Funai, o Mapa entregou de imediato, há uma semana, um laudo informando da necessidade de controle sanitário preventivo nas plantações para que eventual praga ou doença desenvolvida não se espalhasse para os cerca de 100 mil hectares de lavouras no entorno. Paralelamente, amostras das plantações foram enviadas para análise laboratorial, cujo resultado foi divulgado pelo próprio coordenador nesta sexta-feira (8) após o devido período de incubação.

“O que pode acontecer? Se houver condição de clima adequado, nublado e com chuva como está agora, a ferrugem pode se disseminar por toda a região. A experiência que temos com a ferrugem é de que em pouco tempo, de cinco a dez dias, ela multiplica seu potencial por cem”, alerta o coordenador.

Gerente técnico e institucional da Aprosoja, Nery Ribas defende que, se faltava alguma evidência para a Funai tomar providências imediatas em relação às lavouras da reserva, o resultado do exame laboratorial é o argumento incontestável. “Se a Funai não tomar providência urgente, o comprometimento da soja de toda a região é muito sério. Nós conhecemos a velocidade com que a ferrugem se alastra. É um assunto de segurança sanitária”, sentencia.



Jovem é morto com facada no peito em aldeia em Tacuru, MS

SÍTIO G1, 10.02.2013

Crime aconteceu na noite desse sábado (9) na aldeia Jaguapiré. Suspeito foi preso e Polícia Civil ainda investiga motivo do crime.

Um jovem de 18 anos foi morto com uma facada no peito, na noite desse sábado (9), na aldeia indígena Jaguapiré, em Tacuru, a 416 quilômetros de Campo Grande. A vítima foi morta na própria residência e o suspeito foi preso em flagrante.

Conforme o registro policial, a polícia foi acionada, na manhã deste domingo (10), e ao chegar no local, o jovem já estava morto.

O capitão da aldeia estava com o suspeito e o entregou a polícia com a faca usada no crime. O caso foi registrado na Delegacia de Polícia Civil de Tacuru, que investiga o caso.

**Após quatro dias de espera índios da etnia Cinta Larga são resgatados de Aldeia
ilhada em Aripuanã**

SÍTIO TOPNEWS, 09.02.2013



O helicóptero da Força Aérea Brasileira conseguiu resgatar, por volta das 11:00 horas da manhã deste sábado (9), os dois índios da etnia Cinta Larga que estavam ilhados na Aldeia Areião, distante a 120 quilômetros da sede do município de Aripuanã.

As buscas foram retomadas na manhã de hoje após tentativa frustrada no final da tarde de sexta-feira (8) por causa das fortes chuvas que caíam na região. Foram retirados do local, Roberto Cinta Larga e Adna Cinta Larga, esta última grávida de 7 meses.

Segundo informações da equipe médica da CASAI (Casa de Saúde Indígena), o quadro de saúde dos indígenas era preocupante já que ambos não estavam bem desde a última terça-feira (5).

Ainda conforme os profissionais de saúde, o homem apresentava sintomas de febre, diarreia, sangramento e chegou até o município com ânsia de vômito, enquanto que o diagnóstico da gestante apresentava suspeita de dengue.

Com o auxílio do SAMU, ambos foram encaminhados ao Hospital Municipal de Aripuanã para receberem atendimento médico. Após cumprir a missão, a aeronave retornou para sua base que fica localizada em Manaus (AM).

CONT.



Existe ainda a preocupação com outros índios (uma mulher e mais 11 crianças) que estão a 40 quilômetros de distância da aldeia e não puderam ser retirados pelo helicóptero. Informações dão conta de que o marido dela veio até a cidade para vender castanhas e não conseguiu retornar, devido as fortes chuvas que aumentaram o nível dos rios.

Uma equipe de busca está sendo providenciada pela Funai na tentativa de socorrer os índios.



Brasil obrigado a fornecer remédios aos índios

SÍTIO FATIMAMMISSIONARIA, 09.02.2013

Tribunal federal determinou que os serviços de saúde brasileiros são obrigados a fornecer medicamentos a mais de um milhar de comunidades indígenas que vivem no estado do Amazonas.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), dependente do Ministério da Saúde do Brasil, está obrigada a garantir o fornecimento de medicamentos a pelo menos 1,7 mil comunidades indígenas que vivem na região do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, revelou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A decisão partiu de um tribunal federal mas ainda pode ser objeto de recurso para as instâncias judiciais superiores.

A ação civil pública para garantir o fornecimento dos remédios foi movida pelo Ministério Público Federal, que constatou a falta de medicamentos essenciais, no Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro. Segundo os magistrados federais, os fármacos receitados aos indígenas não estavam a ser fornecidos pelo distrito sanitário.

Para o procurador da República Júlio Araújo Júnior, citado pela agência Brasil, «o estado da saúde indígena é crítico, não só no Alto Rio Negro, como em todo o país». O setor sanitário nas comunidades índias «enfrenta problemas graves de gestão e embora a criação da SESAI fosse uma importante reivindicação do movimento indígena, ela não representou avanços», adiantou.



Projeto de Lei tenta tornar Aldeia Maracanã patrimônio do Rio

SÍTIO JB, 08.02.2013

Mais uma tentativa, dessa vez dentro do Poder Legislativo estadual, vai tentar manter os índios da Aldeia Maracanã, que ocupam o espaço do antigo Museu do Índio, no local. Trata-se do Projeto de Lei 1.908/2013, do deputado estadual Luiz Paulo (PSDB), que declara a Aldeia como patrimônio histórico cultural do Estado do Rio.

O PL foi publicado no Diário Oficial do estado nesta quarta-feira (6), e é apenas um primeiro movimento para ser levado à pauta da Casa - terá de passar por três comissões antes - e votado pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). A partir daí, a lei segue para o governador, que pode ou não vetá-la.

"A Aldeia Maracanã funciona como uma espécie de "museu vivo", onde os indígenas de diversas comunidades contam suas histórias e divulgam sua cultura, inclusive pelo artesanato. Assim posto, é justo e importante que seja reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Rio e se mantenha nas instalações que hoje ocupa", diz trecho da justificativa do PL 1.908/2013.

Para Afonso Apurinã, um dos líderes dos indígenas, a medida é favorável para a luta de continuar no antigo Museu do Índio. "É muito positivo, só o fato de colocar isso já é muito bom. Creio que, depois da decisão do governo de não demolir o prédio, se projeto se vier para a Alerj vai nos favorecer", afirmou Apurinã, lembrando o recuo do governo do Rio em suas intenções de demolir o prédio histórico.

Paralelamente, nesta quinta-feira (7) os índios informaram que terminaram de redigir o documento sobre sua situação, que será enviado nesta sexta-feira (8) ao governo estadual. Os detalhes, porém, não foram revelados porque os índios temem que o vazamento interfira nas negociações.

Princípio de incêndio atinge antigo Museu do Índio

SÍTIO JB, 08.02.2013

A Aldeia Maracanã (antigo Museu do Índio), no Maracanã, Zona Norte do Rio, sofreu um princípio de incêndio na madrugada desta sexta-feira. Bombeiros do quartel de Vila Isabel foram acionados e conseguiram controlar as chamas.

Segundo a corporação, o fogo começou na fiação elétrica. Não houve feridos. No local, vivem alguns índios de várias tribos, que chegaram a ser ameaçados de despejo pelo governo estadual.



Incêndio ocorreu durante a madrugada. Ninguém ficou ferido

Nesta quinta-feira, mais uma tentativa, dessa vez dentro do Poder Legislativo estadual, vai tentar manter os índios da Aldeia Maracanã. Trata-se do Projeto de Lei 1.908/2013, do deputado estadual Luiz Paulo (PSDB), que declara a Aldeia como patrimônio histórico cultural do Estado do Rio.

O PL foi publicado no Diário Oficial do estado nesta quarta-feira (6), e é apenas um primeiro movimento para ser levado à pauta da Casa - terá de passar por três comissões antes - e votado pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). A partir daí, a lei segue para o governador, que pode ou não vetá-la.

"A Aldeia Maracanã funciona como uma espécie de "museu vivo", onde os indígenas de diversas comunidades contam suas histórias e divulgam sua cultura, inclusive pelo artesanato. Assim posto, é justo e importante que seja reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Rio e se mantenha nas instalações que hoje ocupa", diz trecho da justificativa do PL 1.908/2013.

CONT.



Para Afonso Apurinã, um dos líderes dos indígenas, a medida é favorável para a luta de continuar no antigo Museu do Índio. "É muito positivo, só o fato de colocar isso já é muito bom. Creio que, depois da decisão do governo de não demolir o prédio, se projeto se vier para a Câmara vai nos favorecer", afirmou Apurinã, lembrando o recuo do governo do Rio em suas intenções de demolir o prédio histórico.

Paralelamente, nesta quinta-feira (7) os índios informaram que terminaram de redigir o documento sobre sua situação, que será enviado nesta sexta-feira (8) ao governo estadual. Os detalhes, porém, não foram revelados porque os índios temem que o vazamento interfira nas negociações.

Aprovação improvável

Para o deputado Marcelo Freixo (PSOL), que já participou de diversas atividades e expressa seu apoio à causa indígena, é pouco provável que o projeto seja aprovado na Alerj. "Essa é mais uma tentativa de quem concorda com a preservação da memória indígena e da resistência ali formada. Tem meu apoio, mas acho muito difícil passar na Câmara", afirmou Freixo.

Segundo ele, existem alternativas para a preservação do local. "Se tivesse boa vontade do governo, há várias alternativas, como restaurar o prédio e criar uma alternativa econômica para o artesanato dos índios, receber escolas, entre outras saídas pedagógicas. Agora, se quiser dar para o Eike Batista, não tem saída pedagógica. Se quiser dar para a população do Rio, aí temos muitas alternativas", alfinetou.

Autor do projeto, o deputado Luiz Paulo classificou a medida como parte de uma luta iniciada quando, em outubro do ano passado, o governo lançou a minuta do edital de concessão para o estádio do Maracanã. Segundo o tucano, a luta tem dois níveis: preservar o prédio do antigo Museu do Índio e a Aldeia Maracanã. "Se o Maracanã vai ter todo esse novo esplendor, o que há de mais em se criar um polo da nossa cultura indígena?", questionou.

"Aquilo que é patrimônio cultural, será tratado como patrimônio e não como indigente, que pode ser removido. Agora, não posso dizer que conseguirei aprovar o projeto. Acho complicado, mas não se faz política sem resistência. No início, também era considerada inexorável a derrubada do prédio. O coro aumentou, entraram artistas e o governo recuou. A Escola Municipal Frienderreich ia sair de qualquer jeito, mas ficará pelo menos até 2013", defendeu o deputado.